

Sociologia e Práticas de Lazer

Revista Crítica de Ciências Sociais
N.º 43
Outubro 1995

ESTE é um número temático da *Revista Crítica de Ciências Sociais* dedicado à análise sociológica de um conjunto particular de actividades e práticas de lazer. Quer se trate da questão do turismo, ou da temporada nas termas, ou ainda da visita a museus e centros comerciais, o conjunto dos textos que compõem este número da *Revista Crítica de Ciências Sociais* aventura-se numa área que foi, até há pouco, marginal às principais preocupações e objectos de análise da Sociologia e das restantes Ciências Sociais. O lugar que estas lhe haviam reservado fora o de não-lugar. Com um objecto de estudo definido *a contrario*, por oposição ao trabalho e à produção e, assim, sem quadro teórico ou metodológico próprio, as actividades e práticas de lazer não alcançaram nunca, ao longo de décadas, um estatuto ontológico próprio. Ao invés, viram-se estigmatizadas pelas epistemes racionalistas de sinal kantiano e hegeliano que hegemonizaram o pensamento ocidental moderno. Acusadas de não darem sentido real à vida, as actividades e práticas de lazer foram mesmo remetidas à condição ambígua de práticas evasivas e a-sociais, porque guiadas pelo princípio da natureza contra a cultura e da paixão contra a razão.

Contra este ostracismo, reconhece-se uma linha difusa de pensamento, porque feita de descontinuidades, silêncios e desconhecimentos mútuos, que une esforços analíticos tão diversos como os de Sombart e Veblen, ou de Freud, Elias e Foucault, ou, mais recentemente, de Dumazedier e Rojek, todos eles, à sua maneira, apostados em fazer realçar a centralidade que aquelas esferas da acção social têm para uma adequada compreensão da modernidade e dos seus limites. É duplo o legado desta linha informe de raciocínio: por um lado, o que é comum a estes contributos tão díspares é o reconhecimento da necessidade de conferir autonomia analítica às relações sociais que se constituem ao lado e para além da esfera do trabalho e da produção; por outro lado, convergem na recomendação de que as práticas de lazer, quaisquer que elas sejam, não são a antítese da vida quotidiana, mas antes a sua continuação, mesmo se dramatizada. A ser assim, se as práticas de lazer prolongam e confirmam o quotidiano de trabalho, a sua ausência das agendas de investigação fica a dever-se não ao facto de não se tratar de um objecto de estudo «sério», como alguns julgam, mas antes ao facto de o ser em demasia.

À medida que os modelos culturais e as fórmulas políticas se globalizam, que se reconheceu que é de cultura que a economia é feita e que a sociedade, o passado e a vida quotidiana se esteticizam, os sujeitos passam a confrontar e a deixar confundir as suas identidades sociais com os processos, por vezes caóticos, de identificação pessoal. Novos sujeitos e novas configurações sociais surgiram tanto em resultado da transformação, propriamente dita, da modernidade, como no rescaldo do reconhecimento da pertinência social de práticas e de contextos sociais como os analisados neste número da *Revista Crítica de Ciências Sociais*. O que lhes subjaz e mais acentuadamente os caracteriza é o facto de serem práticas e contextos que caucionam uma promessa redentora de bem-estar, de prazer e de liberdade individual.

Esta, porém, é uma promessa especial. Em primeiro lugar porque, enquanto promessa, e para que assim

continue, o desejo de alcançar o bem-estar, o prazer e a liberdade individual não há-de ser nunca concretizado por inteiro e duradouramente. A promessa revela, assim, o seu carácter finito no tempo e efémero na duração. Em segundo lugar, porque o bem-estar, o prazer e a liberdade que se recolhem das actividades de lazer tendem a alcançar a sua expressão apenas em espaços específicos bem delimitados. A promessa que os cauciona é, deste modo, uma promessa territorializada. Em terceiro lugar, na junção desta relação espaço-tempo, a concretização da promessa requer o investimento emocional e cognitivo dos sujeitos, com o qual estes se encarregam de converter em qualidades pessoais os níveis alcançados de satisfação e de, a seu bel-prazer, ora privilegiar as suas raízes e identidades sociais, ora suspendê-las e valorizar os seus estilos de vida e modos de identificação pessoal, ora se deixar confundir no jogo cruzado de umas e de outros. A promessa mostra-se, assim, refém de um forte investimento simbólico e representacional.

Por analogia, poderíamos dizer que uma tal promessa de bem-estar (efémero, territorializado e imaginado) está contida na imagem de Thélème-mito, tirada de *Gargantua* de Rabelais. Thélème é um lugar onde se vive desprendidamente, em que a riqueza parece ser a principal virtude, a felicidade a maior das obrigações e a diversão e o prazer os mais apreciados rumos de vida. As suas grossíssimas paredes fazem de Thélème um lugar ímpar: no seu interior, ninguém se interroga sobre a origem da riqueza, da felicidade, da diversão e do prazer que ali se vivem. Daí o exagero da sua divisa: *Fay ce que voudras!*

Não fora o seu excessivo optimismo, o mito de Thélème seria um adequado equivalente para o fundamento das práticas de lazer. Unidos embora pelo carácter efémero, espacialmente circunscrito, e pela suspensão dos constrangimentos sociais, aquilo que separa Thélème e as modernas práticas de lazer é a fragilidade das paredes que rodeiam e isolam estas últimas. O mundo do lazer, do turismo, do consumo não é um mundo separado mas contíguo ao mundo quotidiano do trabalho e da produção. Entra-se e sai-se de um e de outro, livre e

insensivelmente. Porém, não de modo incólume. Entre uma e outra esfera fluem e refluem interferências múltiplas, de indeléveis efeitos quer sobre os sujeitos, quer sobre os grupos, quer sobre a sociedade no seu todo.

Este jogo de ressonâncias mútuas surge, de um ou outro modo, em todos e cada um dos textos que compõem este número da *Revista Crítica de Ciências Sociais*. É assim nos três primeiros textos, dedicados ao turismo. Carlos Fortuna, John Urry (com a colaboração de Carol Crawshaw) e Paula Abreu assumem que os sujeitos das suas análises são dotados de capitais educativos e culturais diversos, mas também de motivações específicas, o que confere à aventura turística de cada um contornos especiais. Carlos Fortuna analisa o surgimento do turista e do turismo modernos, conduzindo-nos por trajectos urbanos, familiares, de mercado sentido histórico-monumental. O seu sujeito-turista busca raízes culturais perdidas, divaga na cidade do passado, imagina-a e imagina-se de modo tão livre e pessoal que se permite reinventar criticamente o seu presente e a sua condição de cidadão a partir da sua condição de turista. John Urry, que tem escrito profusamente sobre o turismo e que publica em Portugal pela primeira vez, concentra-se, em colaboração com Carol Crawshaw, sobre o turismo como terreno de confronto de perspectivas. De um lado, o olhar profissional do fotógrafo que selecciona e constrói imagens turísticas, de modo mais ou menos estereotipado e uniformizador. Do outro lado, os diferentes modos de apropriação e atribuição de sentido a que os turistas sujeitam a imagem, oferecendo do mesmo objecto visual interpretações tão variadas e heterogéneas quanto os seus próprios imaginários sociais. Paula Abreu, por seu turno, põe em destaque o compromisso que os jovens impõem à sua experiência turística. Para os jovens que inquiriu, viajar e fazer turismo há-de ser uma manifestação calculada e calculista: um sentido de aventura caldeado por sentimentos de segurança e familiaridade; uma experiência lúdica e de divertimento, mas também educativa e de formação.

Esta relação ténis entre educação e divertimento de que se revestem as práticas turísticas e de lazer dos jovens está também presente no texto de Margarida Lima de Faria. Aqui, a viagem faz-se por entre galerias e exposições do Museu londrino de História Natural. Em família. Esta visita cultural revela-se um ritual civilizacional, portanto, de aprendizagem. Principalmente de aprendizagem de modos de modelar a individualidade e de estabelecer uma relação interactiva com o ambiente sócio-cultural. Com doses desiguais de educação e divertimento, consoante a natureza social das famílias de visitantes e os seus capitais escolares e culturais.

A temporada nas termas da Curia é vivida de acordo com segmentações de interesses materiais e simbólicos muito particulares. A investigação de Claudino Ferreira procede à apresentação da pluralidade de figurações sociais que se vão gerando no decurso da temporada termal. De um lado, os aqúistas, reunidos em torno da valorização do factor saúde, do outro lado, os veraneantes, que destacam o lúdico e o recolhimento intimista. Por entre estes perfila-se um terceiro grupo para o qual a valorização do corpo, a sua estilização mais que o seu bem-estar somático, é o predicado identitário mais saliente.

Estas diferenças, e outras mais marcadamente materiais, parecem dissolver-se no mundo do consumo. Este é um mundo inebriante, típico do ambiente vivido em Thélème. É o que sugere Paulo Peixoto no seu estudo sobre novos espaços públicos de consumo. Estes exercem uma forte influência sobre a emotividade e a disciplina dos sujeitos. O seu ambiente é de festividade e consumir torna-se, em si, uma festa. As novas superfícies comerciais tornam o consumo num acto puro de lazer, de comportamentos descontraídos, mesmo de algum descontrolo e irracionalidade e, sempre, de busca da maior satisfação possível. Ao lado da experiência do turismo de massas, os novos espaços públicos de consumo são talvez os lugares onde, por excelência, todas as facetas do exoterismo cultural mais se tornam acessíveis e onde, por isso mesmo, mais parecem diluir-se as barreiras culturais e sociais. Neles, a ordem das coisas parecer estar à nossa mercê.

No entanto, esta ordem das coisas resiste. Dir-se-ia que o faz precisamente por se alimentar do factor lúdico, da cultura da festa e do jogo, enfim, das formas populares de lazer que permeiam a cultura política moderna. Elísio Estanque sugere que a cultura popular, num contexto industrial como o de S. João da Madeira, tem-se conservado, ainda que adaptada, apesar do confronto com expressões mais mercantilizadas de cultura, incluindo a lógica homogeneizadora da política cultural estatal. O seu texto oferece pistas para se esclarecer o modo como se articulam cultura, política, lazer e identidades à escala da comunidade local.

Nesta linha de ideias, não se pode escapar à importância cultural do lazer. Ao contrário, pela confirmação que fazem do «lado sério» da vida, as actividades e práticas de lazer, resgatadas ao ónus estigmatizante que as manteve ausentes das agendas de investigação sociológica, constituem-se hoje num elemento crucial do conhecimento da sociedade. Este número da *Revista Crítica de Ciências Sociais* confirma o resgate, regista a variedade e a vitalidade heurística de algumas interrogações sociológicas sobre as práticas de lazer e, acima de tudo, convida à continuação da investigação nestes domínios. Com avidez, como Gargantua, mas sem as protecções e as intransponíveis paredes de Thélème.

Carlos Fortuna